

TRABALHADORES COMERCÍARIOS DE TERESINA: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NA DÉCADA DE 1990

ELIANE APARECIDA SILVA*

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA**

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o trabalhismo se caracteriza como uma supervalorização do trabalhador e da legislação trabalhista. Dessa forma, a discussão sobre trabalhismo e sindicalismo é um tema de destaque no debate político e social, haja vista o interesse em compreender o projeto social implementado por Vargas e preservado por outros governantes que o sucederam.

No campo da historiografia brasileira, a categoria sindical tem sido pouco trabalhada enquanto objeto de pesquisa, evidenciando assim, o desafio de ampliação do debate sobre essa temática, passando a observá-la sob uma perspectiva histórica. O interesse no tema sindical, com ênfase nas relações de trabalho teresinense, vem de pesquisas e estudos realizados durante a graduação de História e que culminou com a elaboração do projeto de pesquisa intitulado *Trabalhismo e Sindicalismo no Piauí (1945-1964)*.

Logo, o presente estudo propõe uma discussão a cerca do comportamento sindical do Sindicato dos Comerciários de Teresina, na década de 1990, período caracterizado pela significativa atuação reivindicatória e de mobilização desta categoria. Com o propósito de identificar as lutas, estratégias de conflitos e negociações e conquistas da categoria. Além disso, analisar as representações do sindicalismo comerciário teresinense a partir dos discursos publicados nos jornais impressos.

O percurso metodológico utilizado para a realização do artigo foi, inicialmente, a seleção e fichamento da produção bibliográfica relacionada ao tema e ao recorte temporal de análise. Também, foram feitas pesquisas com fontes hemerográficas; desenvolvidas no Arquivo Público do Piauí, notadamente com os jornais de circulação local: *O Dia* e *Diário do*

* Aluna do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Desenvolveu pesquisa intitulada “Trabalho e organização sindical: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1941 – 2011)”, orientada pelo prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (UFPI) – Linha de Pesquisa: História, Cidade, Memória e Trabalho. Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) / Bolsista Capes.

** Doutor em História - Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Povo. Ainda, foram feitas visitas ao Sindicato dos Comerciários de Teresina, a fim de coletar informações através dos seus documentos oficiais, tais como: atas, panfletos e dos jornais produzidos pelo próprio Sindicato denominado *Balcão*. Estes serviram como suporte para a pesquisa, pois abordam as denúncias feitas pelos trabalhadores e dirigentes sindicais, suas reivindicações e conquistas trabalhistas, destacando os fenômenos e processos sociais que se fazem presentes na construção da memória[†] e identidade dos empregados no comércio teresinense.

TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL: UM PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO

O movimento de organização dos trabalhadores no Brasil, acompanhando uma tendência de ordem mundial, tem vivido momentos de grande transformação. Assim, faz-se necessário analisar a trajetória do movimento sindical brasileiro e piauiense, a partir das conjunturas políticas e econômicas, desde o seu surgimento.

Nesse contexto, quando o Brasil passou a ser um país industrial, a classe trabalhadora ganhou uma importância maior. Por isso, durante o governo Getúlio Vargas, criou-se uma ideologia de supervalorização do trabalhador, sendo os sindicatos a principal via de organização dos assalariados urbanos.

Em virtude das intensas reivindicações da classe trabalhadora, a partir dos anos 1930 e 40 teve início a elaboração de uma política voltada para o cidadão-trabalhador brasileiro. Segundo Ângela de Castro Gomes:

É a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar – em especial durante o Estado Novo (1937-1945) – toda uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho [...]. (GOMES, 1999: 55)

[†] Segundo Pollak, a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e interpretações do passado que se quer salvar e se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, partidos, sindicatos e até mesmo nações. Ver: POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 03, 1989, p. 03 - 15.

Dessa forma, era imprescindível a intervenção do Estado, cujo imobilismo em anos anteriores foi apontado como as razões das inúmeras deficiências no setor trabalhista. Predominava, então, o discurso que procurava aproximar o Estado, na figura de Vargas, dos trabalhadores. Todavia, o governo mostrava-se repressivo mediante qualquer reivindicação dos trabalhadores, reprimindo os que não se enquadravam às suas normas. Por esse motivo o sindicato passou a ser controlado pelo Ministério do Trabalho, o qual determinava as condições de trabalho e salários.

Em contrapartida, os trabalhadores não aceitavam as imposições do Estado passivamente. Eles passaram a fazer greves e denúncias, pedindo a atenção dos responsáveis pela fiscalização das leis do trabalho. Mais que isso, os proletários organizavam congressos sindicais, onde aclamavam pela regeneração dos costumes políticos. Eles entendiam que a educação das massas era essencial para que as suas reivindicações fossem atendidas. Conseqüentemente, sofreram retaliações, como a invasão de suas residências por policiais, nos locais de trabalho, prisões e demissões.

Os trabalhadores possuíam uma cultura política. Eles manifestavam suas precárias condições sociais através de cartas enviadas para Vargas, e reivindicavam até onde era possível. Assim, o trabalhador lutava, constantemente, pelos benefícios da lei, como o salário mínimo, aposentadoria, regulamentação da jornada de trabalho e tratamento justo dado pelos patrões.

Por meio dessas cartas, compreende-se como os trabalhadores reagiram ao projeto político do Estado varguista. Porém, deve-se entender que os indivíduos não aceitavam as concepções dominantes passivamente, procuravam interpretar tais idéias de acordo com seus interesses, reelaborando-as em proveito próprio. Aliás, criticavam até onde era possível, aceitando e reagindo, simultaneamente, às regras do poder.

Assim, é preciso evitar a abordagem de que o projeto político-ideológico varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos. Ademais, fazia parte da estratégia dos trabalhadores selecionar as frases do seu discurso, eliminando deste o lado repressivo do Estado

Do ponto de vista das garantias para o trabalhador, umas das mais conhecidas leis da era Vargas foi a criação do salário mínimo em maio de 1940, uma reivindicação antiga no sentido de garantir uma remuneração mínima para os trabalhadores. Entretanto, era mal recebida pelo empresariado que, dentro da lógica de mercado, julgava que o salário não deveria ser assunto definido pelo Estado.

Deve-se ressaltar que foi difundido um modelo de estrutura sindical denominado *oficial* ou *corporativista* a partir dos anos 1930. Este tinha como características principais o regime de sindicato único (por categoria e região); além da vigência do imposto sindical, uma contribuição anual obrigatória de todos os trabalhadores aos sindicatos. Estes passavam a ser órgãos de colaboração com o Estado e qualquer manifestação política ou ideológica ficava proibida.

Sobre a estrutura sindical oficial, de acordo com Antonio José Medeiros,

No Piauí são criados e reconhecidos doze sindicatos nesses novos moldes. Em Teresina: Sindicato dos Criadores Piauhenses, patronal, Sindicato dos Operários Sapateiros, Sindicato dos Operários em Construção Civil, Sindicato dos Operários Carpinteiros e Marceneiros, Sindicato dos Empregados no Comércio de Therezina, Sindicato dos Operários Pedreiros, Sindicato dos Operários Metálgicos e Mecânicos, Sindicato dos Engenheiros do Piauí, Sindicato dos Operários Panificadores Teresinenses; em Parnaíba: Sindicato dos Oficiais e Praticantes Machinistas, Sindicato dos Empregados na Fabricação de Óleos e Derivados, Sindicato dos Mestres, Práticos e Arraes. (MEDEIROS, 1995: 169)

Percebe-se, então, que os sindicatos existentes no Piauí também são marcados por um sindicalismo voltado mais para o recebimento dos benefícios sociais do Estado que para a reivindicação salarial.

No ano de 1941, foi fundado em Teresina com o nome de Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina, abrangendo várias categorias profissionais do comércio. Este Sindicato manteve-se atrelado ao sindicalismo oficial por muitos anos. Com efeito, a luta dos trabalhadores esteve limitada, em função da prática conservadora dos órgãos governamentais, portanto não houve avanços do movimento sindical durante as primeiras décadas de sua fundação.

No Piauí, a adesão dos sindicatos ao Estado demorou um pouco mais por que os trabalhadores não tinham ainda a experiência de lutas trabalhistas. Nesse sentido, a

organização dos sindicatos foi imprescindível para aumentar o número de trabalhadores sindicalizados sob o controle do Estado e, também, por causa da propaganda implementada pelo governo getulista.

A partir de 1945, a representação sindical passou a ser reconhecida na forma de lei, haja vista a função importante que detém os sindicatos de beneficiar as classes operárias de cada setor trabalhista. Ademais, a modificação na organização sindical permitiu que os operários se sindicalizassem, já que antes estavam subordinados à onipotência do Ministério do Trabalho e da vontade governamental.

No Brasil, como conseqüência da debilidade do Estado Novo, houve o ressurgimento das lutas sindicais. Neste contexto, o número de greve dos trabalhadores cresceu. Esta se estendeu por todo o país, inclusive para o setor rural[‡]. Além disso, as mudanças ocorridas na legislação do trabalho fizeram com que aumentassem vertiginosamente a quantidade de sindicatos no país. Portanto, a busca cada vez maior por melhores condições de trabalho incentivou a sindicalização da classe trabalhadora:

Ao findar do ano de 1954, havia atingido 2.172 o número de sindicatos no Brasil, contra 2.082, existentes em 1953. No ano passado, portanto, foram cadastradas pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho mais de 90 associações de gênero em todo o país, dos quais 58 eram formados de empregados, 28 de empregadores e 4 de profissionais liberais.[...]. (2.172 SINDICATOS EM 1954. Jornal do Piauí, Teresina, n.389, ano V, 25 Mar.1956, p.10)

O aumento considerável no número de sindicatos no Brasil e no Piauí, nas décadas de 1940 e 50, ocorreu devido à influência da ideologia trabalhista adotada pelo governo Vargas que, com a aprovação e exaltação da legislação trabalhista, buscou incentivar a sindicalização. Inicialmente, era pequeno o número de sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho, todavia com o tempo foram sendo incorporados.

E foi o próprio Getúlio Vargas quem fazia questão de mencionar os benefícios alcançados pela classe trabalhadora, quando esteve em Teresina pela segunda vez, em Agosto de 1950. Outra conquista foi o aumento do salário dos comerciários a pedido do Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina:

[‡] Sobre a greve dos trabalhadores rurais em São Paulo nos anos 40 e 50. Ver: SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*: Ática, 1981.

Como se vê, estão adiantadas as dermaches para o entendimento das justas pretensões dos comerciários desta capital, e poderemos admitir que a classe patronal concordou com uma boa parte da solicitação que lhe foi endereçada pelos empregados, sendo de esperar-se que tudo se harmonize sem deflagração de dissídio coletivo. [...]. (AUMENTA O SALÁRIO DOS COMERCÍARIOS. O Piauí, Teresina, n.767, ano LXII, 13 Mar. 1952, p.1)

Os trabalhadores piauienses tiveram algumas reivindicações atendidas, dentre elas a aprovação de um ante-projeto que regulamentava o direito de greve, porém deviam obedecer dispositivos da lei, onde constava que a greve deveria ter um motivo convincente e pertinente às relações do trabalho. Ocorreu, ainda, o aumento salarial, a redução da jornada de trabalho, sendo a preservação e a autonomia dos sindicatos um fator importante para concretizar as reivindicações.

Nesta conjuntura sócio-política vivenciada nos anos 1940 e 1950, Teresina emerge como principal centro da economia piauiense se consolidando como uma cidade da administração do comércio e dos serviços, ficando a indústria num plano secundário. Com isso, houve o aumento do número de estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, de trabalhadores empregados. Daí, a importância dos sindicatos para representar esses trabalhadores, na medida em que cresce a pressão por reformas econômicas e sociais.

Dar-se-á destaque a alguns sindicatos existentes nesse Estado: Sindicato dos Empregadores no Comércio de Teresina, dos Trabalhadores da Indústria do Calçado, da Indústria da Panificação e Confeitaria, da Construção Civil, dos Arrumadores de Teresina, dos Condutores de Veículos Rodoviários, dos Lojistas, dentre muitos outros.

A partir de 1964, quando o país esteve sob o controle restrito dos militares, foram freqüentes as intervenções no movimento sindical. De acordo com Armando Boito Júnior, toda vida interna dos sindicatos oficiais era rigidamente controlada. Havia o estatuto padrão detalhado e impositivo, regulando até os mínimos detalhes da vida de cada sindicato. A ação reivindicativa através dos sindicatos oficiais praticamente inexistia. E os que tentavam confrontar o governo sofreram forte repressão.

No Piauí, o movimento sindical também passa a ser novamente tutelado. Na maioria dos sindicatos urbanos, houve intervenção, porém a maioria foi reativada por diretorias pelegas.

Assim, “de 1965 a 1980, foram criados 131 novos sindicatos – 46 patronais e 85 de trabalhadores” (MEDEIROS, 1995: 177).

No que se refere ao aspecto sócio-econômico e político,

[...] A cidade de Teresina, no período compreendido entre 1950 e 1970, viveu um processo de transformações econômicas e sociais ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos populistas e militares. Nessa época o governador do estado Helvídio Nunes de Barros afirma, por exemplo, que a cidade é pequena, pessimamente iluminada, possui um deficiente e precário serviço de abastecimento d'água e não dispõe de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. Teresina era, assim, o retrato da pobreza e do atraso do Piauí, denunciando a imprensa escrita local até a falta de produtos de primeira necessidade, como a carne e o café [...]. (NASCIMENTO, 2007: 197)

No final da década de 1970 e início de 1980, quando houve um progressivo afrouxamento do controle governamental, o sindicalismo brasileiro viveu sua fase áurea, com o ressurgimento do movimento sindical de massa. Marcava-se uma nova etapa da atuação sindical através da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujo objetivo principal era o de organizar e conseguir a autonomia dos sindicatos. O movimento dos trabalhadores piauienses se integrou a esse esforço de renovação no âmbito nacional, participando do processo de criação da CUT.[§]

Nessa época, em substituição ao sindicalismo corporativista foi inaugurado o *novo sindicalismo*, estrutura sindical caracterizado por sua atuação reivindicatória e que adotou como estratégia a vinculação mais efetiva entre o sindicato e os trabalhadores, estimulando o surgimento de novas lideranças sindicais. Os sindicatos procuraram organizar seus trabalhadores por local de trabalho, houve a ampliação do direito de greve, e os trabalhadores começaram a ocupar um espaço no cenário político.

Paralelamente ao processo de revitalização do movimento sindical ocorrido no Brasil nos anos 1980, em Teresina, um grupo de sindicalistas conduz o processo de filiação do Sindicato dos Comerciários. Nesse período, ocorreu a primeira vitória nas eleições sindicais dos empregados no comércio teresinense, originando uma nova forma de condução da luta dos trabalhadores desse setor. Também, foi deflagrada a primeira greve da categoria, em

[§] É importante destacar que o Sindicato dos Comerciários contribuiu para dar maior visibilidade à CUT, pois uma de suas lideranças, Evaldo Ciríaco, assumiu a presidência desta central sindical.

virtude da disposição dos dirigentes e dos trabalhadores de conquistarem melhores condições de trabalho.

Desse modo, a base de representação sindical foi ampliada, além dos trabalhadores do comércio os dos setores de serviços passaram a ser representados nos anos 80.

Estratégia para uma virada sindical urbana do Piauí foi a renovação do Sindicato dos Comerciários. Pilar da estrutura sindical tradicional, pela liderança que sua diretoria exercia sobre praticamente todo o movimento sindical urbano piauiense, sua mudança de rumo foi decisiva, com repercussões em outros sindicatos e na consolidação da CUT no Piauí. Nessa perspectiva, num momento posterior, pode-se situar a renovação do Sindicato dos Bancários. Por sua capacidade de intervenção e por sua articulação nacional, a nova orientação desse sindicato em muito fortaleceu o processo de afirmação dos sindicatos como interlocutores representativos e legítimos, ante os empregadores, o governo e a sociedade. Bancários, comerciários, servidores e empregados do setor público e trabalhadores são hoje a base da CUT. (MEDEIROS, 1995: 181).

Como se vê, embora o Estado continuasse numa situação crise econômica e entraves políticos, houve uma participação maior da sociedade piauiense nos movimentos sociais, com destaque para a organização sindical, como forma de participar das transformações que ocorriam dentro da sociedade brasileira.

SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE TERESINA: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NA DÉCADA DE 1990

Na década de 1990, diversas mudanças de ordem política, econômica e tecnológica afetaram a classe trabalhadora, provocando uma crise do sindicalismo brasileiro e sua desestabilização. Segundo Marcelo Badaró Mattos, em seu livro *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, tal crise foi reflexo das várias transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Para Mattos, os principais motivos dessa desestabilização foram: a permanência de alguns elementos da estrutura sindical corporativista (o imposto e a unicidade sindical, por exemplo); a chamada reestruturação produtiva, que gerou uma grande taxa de desemprego e a precarização nas relações de trabalho; e a ausência de proteção sindical.

Ademais, o declínio do sindicalismo deveu-se à conjuntura política da época, com a chegada ao governo de dirigentes identificados com o projeto neoliberal, que priorizaram a privatização das empresas públicas, menor participação do Estado no mercado de trabalho e redução dos investimentos sociais, diminuindo a proteção para o trabalhador. Em função dessas medidas tomadas pelos governantes, milhares de trabalhadores perderam os seus empregos em todo o país.

Ricardo Antunes destaca as metamorfoses no mundo do trabalho, haja vista a automação, a robótica e a microeletrônica que, com o uso de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, provocaram uma subproletarização. Isso significa que os trabalhadores temporários começaram a prevalecer sobre os trabalhadores “estáveis”, uma vez que estes últimos são os empregados que realmente se sindicalizam e se aproximam dos sindicatos.

Todas essas transformações no mundo do trabalho afetaram a organização e mobilização política da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea e fragmentada:

Esse quadro complexificado, de múltiplas tendências e direções, afetou agudamente o movimento sindical, originando a crise mais intensa em toda sua história, atingindo, especialmente na década de 1980, os países de capitalismo avançado, e posteriormente, dada a dimensão globalizada e mundializada dessas transformações, em fins daquela década de 1990, também os países de Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros. (ANTUNES, 2002: 73).

Nesta conjuntura sócio-política vivenciada nos anos 1990, pode-se observar em Teresina que a formação política dos empregados no comércio se fortalecia e passaram a organizar protestos frequentes. De acordo com informações publicadas no jornal escrito denominado *Balcão*, produzido pelo próprio Sindicato dos Comerciários, dentre as várias discussões nos encontros promovidos pelos comerciários, destacavam-se o tema do desemprego e da cidadania. Reivindicava-se o desenvolvimento de uma política voltada para a geração de emprego com a participação de trabalhadores e empregadores, a redução da jornada de trabalho, a demissão espontânea e a participação popular nos movimentos sociais, com destaque para os sindicatos.

A organização dos empregados no comércio de Teresina, também, pode ser verificada em um outro jornal escrito, *O Dia*, tratando da mobilização dos comerciários frente à situação vivenciada:

Empregados no comércio de Teresina farão reuniões durante esta semana, em sua sede sindical, para elaborar a campanha salarial e de melhoria das condições de trabalho para este ano, informou Abdon Moura, secretário do Sindicato. Disse ele que as reuniões terão participação de dirigentes da entidade, com o objetivo de traçar propostas a serem encaminhadas no correr do ano. As reuniões também vão servir para definir as atividades do sindicato em 1990 [...]. (COMERCIÁRIOS FAZEM PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA 90. O Dia, Teresina, ano XXXIX, n. 9.259, 05 Mar.1990, p. 7)

Neste artigo procura-se mostrar que o Sindicalismo comerciário teresinense, ao contrário das grandes cidades brasileiras que assistiam a um enfraquecimento da luta sindical, manteve uma tradição de resistência e de fortalecimento das práticas grevistas, de participação efetiva nas lutas gerais dos trabalhadores. O fato decorreu da expansão das atividades econômicas na Capital, em particular do crescimento do setor terciário pelo deslocamento do capital improdutivo do centro-sul para o Estado, e as conseqüentes reivindicações trabalhistas das entidades sindicais.

Ao longo da pesquisa, constatou-se que os comerciários tiveram como práticas de manifestação campanhas nos periódicos do Sindicato, batalhas jurídicas^{**}, distribuição de panfletos e protestos via rádio-calçada.

Outro dado importante da prática dos sindicalistas comerciários de Teresina é a presença das direções sindicais nas paralisações:

Enquanto os patrões especializam-se em burlar leis que protegem os direitos dos trabalhadores, os diretores do Sindicato vão às ruas, às lojas, quase sempre tendo que recorrer à Justiça do Trabalho, sempre na busca incessante de meios para garantir esses direitos e para obrigar os patrões a respeitar a nossa lei maior, que é a nossa Convenção. Os desafios colocados hoje para o Sindicato e para o Movimento Sindical como um todo, exigem muito mais que empenho e dedicação dos diretores do Sindicato [...]. (O SINDICATO NÃO PÁRA. Balcão, Teresina, n. 63, 24 Abril, 1996, p. 2)

^{**} Tal afirmação é referente a matérias publicadas nos jornais de circulação local que mostram o descontentamento não só do Sindicato dos Comerciários, mas também de outros Sindicatos teresinenses. Ver: COMERCIÁRIOS ENTRAM COM AÇÃO NA JUSTIÇA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIX, n. 9.303, 28 Abri. 1990 p.2. e MAIS SINDICATOS ENTRAM NA JUSTIÇA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIX, n. 9.354, 29 Jun. 1990, p.1 e p.2.

Como se vê, a categoria defende a participação e apoio de todos os comerciários, inclusive da classe dirigente na construção de um Sindicato cada vez mais forte e expressivo na luta pelos direitos dos trabalhadores empregados no comércio de Teresina.

Dentre as principais reivindicações dos comerciários destacam-se a reposição de perdas salariais, em virtude da política recessiva aplicada pelo governo federal, bem como a flexibilização tanto do horário de abertura quanto da jornada de trabalho. Outro problema enfrentado foram as crescentes demissões, além de outras irregularidades trabalhistas. A reincidência desses problemas no cotidiano do trabalhador comerciário somado aos problemas de insalubridade e salariais favoreceram a precarização do trabalho no comércio teresinense.

Na década de 1990, assistiu-se à luta dos comerciários de Teresina contra a abertura do comércio aos domingos. Trata-se de campanhas veiculadas na imprensa e de pressão sobre políticos, membros do governo e da classe patronal^{††}. No *Balcão*, também, denunciavam expressivamente o desrespeito à legislação trabalhista. Em matérias intituladas neste periódico destacam-se as campanhas: “*Não aos Domingos*” e “*Domingo a gente não abre*”, como freqüentes os protestos contra essa prática.

As negociações diretas entre o Sindicato dos Comerciários e a classe patronal através da Convenção Coletiva de Trabalho trouxeram algumas conquistas para a categoria ao longo dos anos 1990, a destacar: movimentadas campanhas salariais, que resultaram na conquista de um piso diferenciado do salário mínimo, reajustes salariais anuais, hora extra 100% da hora normal. Porém, uma das conquistas mais comemoradas pela categoria foi o feriado do dia Comerciário^{‡‡}, também a tradicional Festa do Dia do Comerciário, Encontro Estadual dos Comerciários, Campanha salarial e renovação da Convenção Coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

^{††}Em matéria publicada no jornal Diário do Povo, por exemplo, os comerciários denunciam a falta de fiscalização pela prefeitura e pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Ver: SUPERMERCADOS ABREM DOMINGO E NÃO PAGAM EXTRA. *Diário do Povo*. Teresina, ano XII, n. 4517, 26 Jan. 1999, p.1.

^{‡‡} Ver em SINDICATO FECHA ACORDO E TRAZ DE VOLTA O DIA DO COMERCIÁRIO. *Balcão*, Teresina, n. 18, 17 Mar. 1993, p.1.

A discussão feita até aqui permite algumas conclusões sobre a natureza combativa dos comerciários teresinenses na década de 90: a intensa mobilização como forma de luta na busca por melhores condições de trabalho e salariais. Em suma, procurou-se destacar a contribuição desses trabalhadores no movimento mais amplo da rearticulação do sindicalismo da realidade teresinense, na sua relação com o contexto nacional, diante dos desafios postos pelas mudanças sociais, políticas e econômicas.

A política pública de qualificação e capacitação do trabalho adotada pelo governo, em consonância com a estratégia federal, favoreceu a ampliação da desvalorização do trabalhador piauiense, provocando alterações no volume de empregos, no perfil e qualificação dos trabalhadores, fortemente sentida pelos segmentos mais pobres, isso gerou tensões sociais.

Logo, o descontentamento com as políticas adotadas pelos governos federal e estadual não significou o desaparecimento das lutas no meio sindical teresinense, sobretudo dos comerciários, cuja formação política se fortaleceu nos anos 1990. Com efeito, houve um aumento significativo de greves e de outras ações que deram maior visibilidade à ação sindical: atos públicos, passeatas e ocupações, indicadores da vitalidade do sindicalismo como movimento social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ASSUNÇÃO, R.; SILVA, E.A. *Trabalhismo e Sindicalismo no Piauí (1945-1964)*. In: VI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2008, Teresina. *Anais*. Teresina: UESPI, 2008.

_____. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio. 2 ed.1988.

BOITO Jr., Armando. [et al.]. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, Ângela Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLF, Dulce Chaves (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.53-72.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 320p.

LIMA, Solimar Oliveira. O Governo Wellington Dias, políticas públicas e o desenvolvimento do Piauí (2003-2010). In: _____. (org.) *Governo e políticas públicas: a experiência do Piauí*. Rio de Janeiro: Booklink, 2009, p. 161-185.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 160p.

_____. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009, 236p.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos Sociais no Piauí*. In: SANTANA, R.N. Monteiro de (org.). Piauí: Formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina, Halley, 1995.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. *Cajuína e Cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970*. Revista Brasileira História [on-line], 2007, vol.27, n. 53, p.195-214, p. 197.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 03, 1989, p. 03 –15 p.7.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo: Ática*, 1981.

SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE TERESINA. Teresina. Disponível em: <http://www.sindcomteresina.com.br/>. Acesso em 22/04/2011 às 18:30h.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 232p.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

AUMENTA o salário dos comerciários. *O Piauí*, Teresina, n.767, ano LXII, 13 Mar. 1952, p.1.

COMERCIÁRIOS fazem pauta de reivindicações para 90. *O Dia*, Teresina, ano XXXIX, n. 9.259, 05 Mar.1990, p. 7.

COMERCIÁRIOS entram com ação na justiça. *O Dia*. Teresina, ano XXXIX, n. 9.303, 28 Abri. 1990, p.2.

MAIS sindicatos entram na justiça. *O Dia*. Teresina, ano XXXIX, n. 9.354, 29 Jun. 1990, p.1 e p.2.

PLANO eleva demissões no Piauí. *O Dia*. Teresina, ano XXXIX, n. 9.310, 08 Mai. 1990, p. 1 e p.5.

POLITICA sindical. *Diário do Povo*. Teresina, ano III, n. 951, 05 Jan. 1990, p.2.

SUPERMERCADOS abrem domingo e não pagam extra. *Diário do Povo*. Teresina, ano XII, n. 4517, 26 Jan. 1999, p.1.

2.172 SINDICATOS em 1954. *Jornal do Piauí*, Teresina, n.389, ano V, 25 Mar.1956, p.10

BALCÃO

O SINDICATO não pára. *Balcão*, Teresina, n. 63, 24 Abril, 1996, p. 2

SINDICATO fecha convenção. *Balcão*, Teresina, n. 33, 14 Set. 1994, p.1.

SINDICATO fecha acordo e traz de volta o dia do comerciário. *Balcão*, Teresina, n. 18, 17 Mar. 1993, p.1.